

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Programa de Pós-graduação em Educação

Mestrado em Educação

Prática de Pesquisa: Construindo o Estado do Conhecimento de sua tese ou dissertação

Profª Drª Marília Costa Morosini

Mestranda: Cíntia Murussi Silveira

A Deficiência Visual e sua importância nos Grupos de Trabalho da ANPED

Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar urgentemente nas salas de aula. As escolas são as incubadoras do novo e têm um papel inestimável e imprescindível na formação dos cidadãos deste milênio que desponta.¹

Nas décadas de 80 e 90 inicia-se uma verdadeira cruzada, em nível internacional, a favor da inclusão de pessoas com deficiência na escola comum. Pais, educadores, autoridades e as próprias pessoas com deficiência elevam sua voz e vez em defesa de uma escola que se preocupe com todos os seus alunos. O objetivo desse artigo é de fazer uma análise dos trabalhos encontrados na ANPED com a realidade da inclusão educacional no Brasil, através da análise de conteúdo dos Grupos de Trabalho da Educação Especial, a partir do ano 2000 até o ano 2008, totalizando 9 reuniões. Verificamos que nessa perspectiva, a inclusão ainda ocupa papel central nas discussões sobre práticas que envolvam novas metodologias e estratégias,

¹ MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.) .**O Desafio das Diferenças nas Escolas**. (p. 60). Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

oportunizando aos alunos com deficiência visual (cegos ou com baixa visão) também, novas oportunidades de desenvolvimento de suas potencialidades.

O grande despertar sobre a Inclusão, amplia o foco de debates sobre os sistemas educacionais, que, por conseguinte, procuraram definir ações que respeitam a diversidade da pessoa humana. Dessa forma, não é mais tolerada a segregação que até então, era comum em muitas instituições de ensino.

Como sinal de alento internacional, organizações como a UNICEF e a UNESCO comprometem-se cada vez mais com a educação. Isso, reflete quase que, imediatamente na oferta de vagas às pessoas com deficiência nas escolas, principalmente em nosso país, prova recente desse freqüente engajamento, é o relatório Delors, o qual cita várias indicações e orientações para que a educação tenha lugar prioritário nas políticas de desenvolvimento dos países, sobretudo os menos desenvolvidos.

Poderemos citar vários encontros e reuniões realizadas em diferentes países, como: a Convenção dos Direitos da Criança (Nova York – 1989); Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtiem, Tailândia – 1990); Conferência Mundial sobre “Necessidades Educativas Especiais” (Salamanca, Espanha – 1994); “Fórum Consultivo Internacional para a Educação para Todos” (Dakar, Senegal – 2000). A que, sem dúvida, obteve maior destaque foi a Conferência de Salamanca, pois impulsionou, definitivamente, a Inclusão educacional para o mundo, pois participaram cerca de 92 governos e 25 organizações internacionais.

Nessa ocasião, foi confeccionada uma estratégia mundial, que previa que a educação chegasse a todas às crianças, jovens e adultos, independente de sua condição física, intelectual, social, emocional, sensorial

e outras. Frente a essa expectativa da sociedade de todos os continentes, a escola se vê com um enorme desafio, que é o de poder atender todas as crianças que quiserem fazer sua matrícula. Cabe salientar o que a Declaração de Salamanca propõe:

- todas as crianças têm direito à educação e deve-se dar a elas a oportunidade de alcançar e manter um nível aceitável de conhecimentos;
- cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhes são próprias;
- os sistemas de ensino devem ser organizados e os programas aplicados de modo que tenham em conta todas as diferentes características e necessidades;
- as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns;
- as escolas comuns devem representar um meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e alcançar a educação para todos.

Nos anos subseqüentes, os países participantes, entre eles, o Brasil que é um país signatário, necessitavam apoiar-se em um decálogo de recomendações que deveriam embasar as ações próprias de cada país, que são:

- requerer aos países do Norte uma redistribuição dos recursos, conforme acordo na Convenção sobre os direitos da criança;
- aplicar os direitos civis e políticos para dar melhor proteção aos coletivos, especialmente vulneráveis na faixa etária infantil, e também, aos grupos étnicos, assim como outras minorias culturais;
- reconhecer os direitos econômicos e sociais como verdadeiros direitos e não somente como aspiração;
- realizar maiores esforços para ascender ao que aparentemente hoje é inalcançável, e poder, assim, afrontar os novos desafios do futuro;
- proteger firmemente os direitos das meninas;

- assumir as diferenças culturais, porém não admiti-las como desculpa para não aplicar a Convenção em toda a sua extensão;
- dedicar a máxima atenção à situação das crianças afetadas por conflitos bélicos;
- aceitar que a participação das crianças é o ponto decisivo para provocar, conforme a Convenção, uma revolução positiva do comportamento humano;
- concluir o processo de ratificação da Convenção e promover a eliminação das reservas que nela tem objetivado por parte dos países afetados;
- reiterar que a sobrevivência e o desenvolvimento da infância são imperativos à consecução dos objetivos de desenvolvimento humano sustentável, adotados pela comunidade mundial e a realização da visão de paz e progresso social contida na Carta das Nações Unidas.

Pensamos que uma escola se distingue por um ensino de qualidade, capaz de formar pessoas nos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, quando consegue aproximar os alunos, tratar as disciplinas como meios de conhecer melhor o mundo e as pessoas que nos rodeiam e ter como parceiras as famílias e a comunidade na elaboração e cumprimento do projeto escolar.²

A ANPED, através das reuniões regionais, promove o debate e o estudo sobre Educação Especial, no seu Grupo de Trabalho número 15. A pesquisa, nesse Grupo de Trabalho, sobre Deficiência Visual, se deu em todas suas reuniões regionais, ou seja, da 23ª a 31ª. A tabela a seguir, demonstrará a situação dos trabalhos apresentados no Grupo da Educação Especial.

² MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.) **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. (p. 61). Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

| Reuniões Regionais da ANPED | Trabalhos referentes à Deficiência Visual |
|------------------------------------|--|
| 31 ^a | 02 |
| 30 ^a | 01 |
| 29 ^a | - |
| 28 ^a | - |
| 27 ^a | 01 |
| 26 ^a | - |
| 25 ^a | - |
| 24 ^a | - |
| 23 ^a | - |

Sentimos que ainda, esse tema, Deficiência Visual, é pouco debatido no Grupo de Trabalho da Educação Especial, visto que o número de trabalhos é ínfimo frente à problemática da Deficiência Visual. Entretanto, salientamos que, relativamente, há trabalhos que se referem à Cegueira e à Baixa Visão, respectivamente, como demonstra a tabela abaixo:

| Reunião | Baixa Visão | Estado | Reunião | Cegueira | Estado |
|-----------------|--------------------|---------------|-----------------|-----------------|---------------|
| 31 ^a | 01 | SP | 31 ^a | 01 | RJ |
| 30 ^a | 01 | MS | 27 ^a | 01 | SP |

Observamos na tabela acima, que a região sudeste fica com uma maior concentração de trabalhos na área da Deficiência Visual, isto explica-

se pelo fato, que nesta região, há a Fundação Dorina Nowill para cegos (SP), Instituto Padre Chico (SP), Laramara (SP), organizações privadas, como também inúmeras salas de recursos e salas de recursos multifuncionais, como também no Rio de Janeiro, o Instituto Benjamin Constant, que nos primórdios de 1854 era conhecido como Imperial Instituto dos Meninos Cegos, posteriormente chamado de Instituto Benjamin Constant, 1891, em homenagem ao seu terceiro diretor. Este Instituto é o “marco referencial” da educação de cegos no Brasil.

Sabemos que a Deficiência Visual possui inúmeras nuances para serem estudadas. Quando nos referimos a “definição legal de pessoas cegas, estamos falando de indivíduos com a acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica. Enquanto que a pessoa com baixa visão é aquela com acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; como os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.”³

Todavia, no âmbito Educacional, a Deficiência Visual tem a seguinte divisão: “-Cegueira: perda total ou resíduo mínimo de visão que leva a pessoa a necessitar do sistema Braille como meio de leitura e escrita; - Baixa visão: comprometimento do funcionamento visual de ambos os olhos, mesmo após tratamento ou correção. As pessoas com baixa visão possuem resíduos visuais em grau que lhes permite ler textos impressos ampliados ou com uso de recursos ópticos especiais.”⁴

³ LIMA, Eliana Cunha, NASSIF, Maria Christina Martins, FELIPPE, Maria Cristina Godoy Cruz. **Convivendo com a Baixa Visão: Da Criança à Pessoa Idosa**. (p.05). São Paulo: Fundação Dorina Nowill para cegos, 2007.

⁴ LIMA, Eliana Cunha, NASSIF, Maria Christina Martins, FELIPPE, Maria Cristina Godoy Cruz. **Convivendo com a Baixa Visão: Da Criança à Pessoa Idosa**. (p.06). São Paulo: Fundação Dorina Nowill para cegos, 2007.

Nos trabalhos pesquisados, tivemos a oportunidade de estudar sobre quatro temas distintos relacionados à cegueira e à baixa visão. A tabela abaixo retoma esta observação:

| Cegueira | Baixa Visão |
|---------------------------------------|-----------------------|
| Atividade Física | Interculturalidade |
| Aprendizagem de Conceitos Matemáticos | Avaliação Educacional |

No texto a respeito da cegueira e atividade física, o autor procurou “levantar, compilar e disponibilizar o conhecimento produzido pelos profissionais envolvidos no atendimento com pessoas cegas ou com baixa visão.” Sua pesquisa foi ampla e contou com várias categorias, como: abordagem e inclusão do aluno na atividade, adaptação do ambiente, atitude, iniciativa e incentivo do professor para o desempenho do aluno e preparação e avaliação da atividade e formação de turmas, estratégias de comunicação, formas de apresentação e execução da tarefa, procedimentos para o ensino na execução da tarefa, feedback, procedimentos para o uso de recursos pedagógicos e suas sub-categorias, sugestões para a adaptação, prescrição de recursos próprios à etiologia, resolução de problemas pelo aluno. É importante salientar que foi abordado na pesquisa as competências a serem adquiridas pelo aluno para cada categoria estudada.

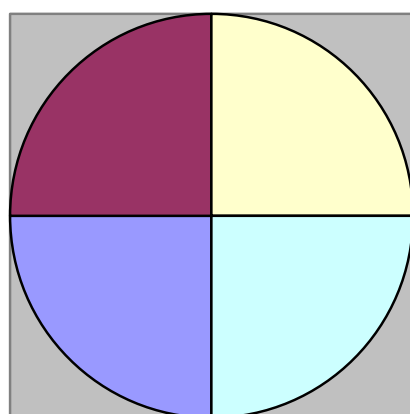
O outro texto estudado implica-se com a questão da discussão dos sistemas mediadores na apropriação de conceitos geométricos por alunos cegos, a partir de uma perspectiva vygotskyana. Conclui-se que os alunos com cegueira possuem o mesmo potencial de apropriação de conceitos do que os alunos videntes, no que se refere a simetria e reflexão, envolvendo conceitos matemáticos desde que sejam criadas condições propícias para que o aluno utilize material concreto e o sistema háptico para a elaboração de seus conceitos.

Quando tratamos da Baixa visão e a avaliação educacional estamos nos referindo a uma necessidade da avaliação e identificação precoce das alterações visuais, correção e adaptação de recursos ópticos o mais cedo possível, a fim de que possa ser recomendado um programa de intervenção pedagógica adequado às necessidades específicas dessas crianças tendo em vista a construção do conhecimento e a inclusão escolar. Nessa pesquisa os autores conseguiram concluir com uma proposta de avaliação em que é possível adequar o potencial óptico do aluno às suas condições de aprendizagem.

A criança que apresenta Baixa visão necessita apropriar-se de inúmeras experiências para a formação de seus conceitos e, por certo, precisamos lembrar que a experiência e o processo de aprendizagem são muito mais importantes do que o quanto a criança vê para desempenhar uma tarefa. Contudo, no caso que pesquisamos, foi mostrado uma criança indígena com baixa visão. É sabido, que em muitas culturas, a criança que não corresponde a um estereótipo não é acolhida por sua família. Em muitas tribos indígenas é isso o que acontece. Esse aluno foi acompanhado durante sua trajetória escolar a fim de que pudesse realizar um trabalho de autoria de livros em Braille ou com fonte ampliada, sem perder o contato com sua cultura guarani e sua família. O Ministério Público Federal comprometido com a educação do menino proveu o contato familiar como também, sua formação educacional. Em termos práticos e de envolvimento essa pesquisa além, da sua contribuição social, abre reflexão para o quanto é frágil as estruturas do estado e a própria sociedade organizada, quando se depara com uma realidade familiar, social e de ensino diferente não somente pela deficiência visual apresentada, mas também pela diferença cultural acrescida de todo o preconceito duplamente vivenciado por essa criança.

Pesquisa qualitativa é basicamente aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade. Ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, a qualitativa trabalha com descrições, comparações e interpretações.

Em pesquisas qualitativas, as grandes massas de dados são quebradas em unidades menores e, em seguida, reagrupadas em categorias que se relacionam entre si de forma a ressaltar padrões, temas e conceitos (Bradley - 1993) Nestas produções do Grupo de Trabalho número 15 sobre Educação Especial, foi utilizada a Pesquisa Qualitativa, com as seguintes abordagens:



■ **Método da Dupla Estimulação e Análise do Discurso**

■ **Estudo de caso**

■ **Análise do Discurso**

■ **Sócio-cultural Ecológica**

Penso que sempre existe a possibilidade de nos transformarmos, mudarmos nossas práticas de vida, enxergarmos de outros ângulos o mesmo objeto ou a mesma situação, conseguirmos ultrapassar obstáculos que julgamos intransponíveis, nos sentirmos capazes de realizar o que tanto temíamos, sermos motivados por novas paixões.⁵

⁵ MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** (p. 07). São Paulo: Moderna, 2007.

Considerando as análises dos textos pesquisados no site da ANPED, verificamos que deveremos nos utilizar mais de estudos aprofundados quando nos referirmos a área da Deficiência Visual. Há poucos instrumentos de orientação aos professores das classes comuns, bem como aos professores que atendem esses alunos nas salas de recursos e salas de recursos multifuncionais.

A Inclusão das pessoas com deficiência visual ainda deixa marcas negativas no Brasil, estima-se que apenas uma pequena porcentagem desses alunos são beneficiados com escola e com um atendimento e apoio sérios (especializados). Restringindo um pouco a demanda, aqui no Rio Grande do Sul, só para citar como exemplo, possuímos 496 municípios e em apenas 143 há atendimento especializado junto à escola; considerando-se a importância de um trabalho sistemático, efetivo e competente que a tenra idade precisa. É na Educação Básica, mais precisamente, na Educação Infantil até a 4ª série a criança apóia-se no professor especializado e no professor da classe comum, a fim de que possa ter condições de acesso a níveis mais elevados de ensino e junto a isso, a qualidade do ensino que recebe deve estar em acordo com a qualidade de ensino que seus colegas recebem.

A Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, presidida por Jacques Delors, declina quatro pilares básicos em que deve basear-se a educação no decorrer da vida de cada indivíduo:

- Aprender a conhecer: são conhecimentos que devemos adquirir através de uma cultura mais amplamente estudada e relacionarmos com uma disciplina;
- Aprender a fazer: devemos aprender a influir sobre o meio em que vivemos;

- Aprender a viver juntos: prevê a cooperação entre todos os participantes da comunidade, um dos principais objetivos da educação contemporânea;
- Aprender a ser: propõe uma argumentação às pessoas a fim de que possam ter a justiça e a responsabilidade como características pessoais.

Não poderia deixar de citar os itens que Mantoan – 2007 – p. 42 refere-se ao que não é Inclusão, pois ao insistirmos em certos comportamentos jamais eliminaremos as piores barreiras, que são as atitudinais. Então:

Inclusão não é:

Você sabe que não é inclusão....

Quando há uma classe de inclusão.

Quando há uma escola de inclusão.

Quando há uma professora de inclusão.

Quando há "as crianças da inclusão".

"Quando você fala para o seu filho que ele não precisa mais voltar para aquela escola ou outro lugar novamente e ele responde:" - Graças a Deus!"

Quando seu filho está incluindo numa escola comum em um período e no outro turno frequenta uma outra escola, para que possa "acompanhar" a turma.

Quando você vive o sentimento de não pertencer ao grupo de pais da escola.

Quando seu filho é o único que não sai para o recreio.

Quando sua criança é a que vai para o recreio sozinha com um assistente.

Quando ninguém deixa de ir a um passeio, exceto a sua criança.

Quando o pátio da escola é dividido, justamente por causa de seu filho.

Quando seu filho é incluído no Jardim de Infância, mesmo tendo 11 anos de idade.

Quando todo mundo pensa que está fazendo inclusão.

Quando você passa todo o tempo tentando defender a inclusão e dizendo a eles que é a melhor solução para seu filho.

Quando você paga por um serviço e/ou um professor extras para a inclusão de seu filho na escola comum.

Quando a inclusão começa às 9 horas da manhã e termina às 4 horas da tarde. quando você arre pia os cabelos ao caminhar pela escola.

Quando "a classe de inclusão" é mais um tópico no Projeto Pedagógico da escola e não o seu fundamento.

Quando os companheiros de atividades das crianças são as outras crianças e o de seu filho é sempre o professor itinerante/assistente.

Quando o professor itinerante/assistente vive colado a sua criança o tempo todo na sala de aula da escola comum.

Quando ninguém nunca, jamais ouviu falar sobre amizade e acolhimento na escola.⁶

Excerto do documento "Sinais de alerta de práticas educacionais não-satisfatórias, de Marsha Forest, Jack Pearpoint, Fran Maiuri, Judith Snow, Rose e Dom Galati, Louise Bailey, In: Inclusion News, 2000. Tradução de Edicléia Mascarenhas Fernandes.

(*) Esses depoimentos baseiam-se em situações vivenciadas por famílias do Canadá e dos Estados Unidos.

⁶ MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** (p. 42). São Paulo: Moderna, 2007.

Referências

MANTOAN, Maria Teresa Eglér – Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? Editora Moderna – 2007, SP.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.) – Pensando e Fazendo Educação de Qualidade, Editora Moderna – 2007, SP.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.) – O Desafio das Diferenças nas Escolas, Editora Vozes – 2008, RJ.

DELORS, Jacque - La educación encierra um tesoro. Madrid: Santillana, UNESCO.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Espanha, 10 de junho, 1994.

UNESCO. Aprender a Ser. Informe da Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação, Madri – Espanha.

LIMA, Eliana Cunha, NASSIF, Maria Christina Martins, FELIPPE, Maria Cristina Godoy Cruz – Convivendo com a Baixa Visão: Da Criança à Pessoa Idosa, Fundação Dorina Nowill para cegos – 2007, SP.

BRATLEY, Jane. Methodological Issues and Practices in Qualitative Research. Library Quarterly, v.63, n.4, p.431-449, oct. 1993.

AMSTEL, Frederick Van. Como fazer uma pesquisa qualitativa. In http://usabilidoido.com.br/como_fazer_uma_pesquisa_qualitativa.html .
Data de acesso: 02 de maio de 2009.

